

FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS: COLONIZAÇÃO E DINÂMICA PRODUTIVA

Jaime Ribeiro de Santana Junior¹

RESUMO

Reflexão sobre as transformações territoriais ocorridas na Região da Grande Dourados, em virtude do processo de colonização e da estrutura produtiva no campo que revelam novas relações sociais, econômicas e dinâmicas geográficas. Aborda-se as transformações territoriais, tendo como parâmetro de análise a criação e o desenvolvimento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) implementada no final da década de 1940, por meio de políticas de colonização, como forma de garantir a ocupação territorial, a desconcentração populacional dos grandes centros urbanos, além de proporcionar a integração regional e o avanço do capital agrícola. O Estado representado pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) teve papel importante nesse processo. Desta forma, a partir da análise do município de Dourados/MS, que compõe a antiga área da CAND, contextualizou-se sua implementação e seu desenvolvimento, podendo assim, compreender a estrutura agrícola estabelecida e as redefinições que estão se dando na dinâmica regional, a partir da intensificação do modo industrial de produzir no campo associado ao cultivo do binômio soja/trigo desde final da década de 1970 e, mais recentemente, o avanço do agronegócio canavieiro na região, pressupondo desde já, uma nova configuração territorial.

Palavras-chave: Transformações territoriais; CAND; Relações de produção; Relações de trabalho.

TERRITORIAL FORMATION OF THE REGION OF "GRANDES DOURADOS": COLONIZATION IS DYNAMIC PRODUCTIVE

ABSTRACT

Discussion about the territorial transformations emerged in "Grandes Dourados" region, because of the colonization process and productive structure in the field that reveals new social and economic relationship and geographic dynamics. It discusses the territorial transformations, having as analysis parameter the creation and development of the "Colônia Agrícola Nacional de Dourados" (CAND) implemented in the end of the 1940' decade, through the colonization politics, as a way to guarantee the territorial occupation, the great urban centers devolution and provide the regional integration and the advance of the agricultural capital. The state represented by the "Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste" (SUDECO) managed and implemented the process. This way, from the analysis of the Dourados/MS city, that composes the old CAND area, contextualizing its implementation and development, and then, understanding the agricultural structure established and the redefinitions that are happening in the regional dynamic, from the intensification of the industrial way to produce in the associated area to cultivation of the binomial soybean/wheat since the end of the 1970' decade and, recently, the cane agribusiness advance in that region, assuming since now, a new territorial configuration.

Keywords: Territorial transformations; CAND; Production relationship; Work relationship.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Campus de Presidente Prudente. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho: jaime_rsj@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A conjuntura sócio-política do Brasil, em meados do século XX, permitiu o desenvolvimento de políticas visando intensificar o povoamento das regiões menos ocupadas do país, que por sua vez, estabeleceram uma nova configuração territorial para a região Centro-Oeste, tendo em vista, a criação de Colônias Agrícolas e o crescente processo migratório.

Deste modo, a questão agrária associada às transformações territoriais estabelecidas no campo brasileiro abrem perspectivas para discussões sobre o caminho que o país está seguindo, já que a nova ordem produtiva da agricultura atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social, causando profundos impactos sobre os espaços agrários.

A nova estrutura produtiva da agricultura, organiza um novo modelo econômico de produção, caracterizado pela organização de redes de produção agroindustrial, elevando assim, a produção e o consumo, estabelecendo novas complexidades na organização do espaço agrário e urbano, e também o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho.

O processo de organização do espaço produtivo em regiões especializadas em determinados produtos, estabelece mudanças no eixo produtivo e na divisão social do trabalho em escala nacional. Nesse mesmo parâmetro de análise, o melhoramento e a ampliação dos setores de transportes, possibilitam um maior intercâmbio entre as regiões e, conseqüentemente, contribuem para o avanço do capital comercial.

Observa-se a consolidação do capital agrícola na região Centro-Oeste nas últimas décadas. As transformações que se estabelecem no campo sul-matogrossense, têm sido foco de vários trabalhos teóricos para a compreensão das novas relações que são desencadeadas no território, sendo as políticas públicas e a dinâmica da estrutura produtiva agrícola fatores determinantes. Contudo, entende-se que as políticas de colonização do país sempre estiveram atreladas as estratégias de integração nacional.

A partir dessa análise, o objetivo desse artigo é destacar as transformações territoriais ocorridas na área da antiga Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), cuja implantação esteve atrelada a ocupação e colonização da região, além de integrar a parte meridional do então estado de Mato Grosso ao contexto nacional. Será focado o processo de implementação da colônia e seu desenvolvimento. Por fim, serão abordadas as transformações resultantes do processo dinâmico da estrutura produtiva agrícola, impulsionadas pela introdução da monocultura da soja na década de 1970 e do avanço do modo industrial de produzir no campo.

COLONIZAÇÃO DA REGIÃO: O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

Para o entendimento inicial da atual configuração da economia agrária da região de Dourados, é necessário primeiramente compreender o seu processo de formação como parâmetro de verificação de seu contexto histórico. Com isso, torna-se essencial a contextualização do seu desenvolvimento a partir da criação da CAND e o desenvolvimento da região.

Nesse contexto, faz-se necessário considerações iniciais sobre o conceito de território, que para Corrêa (1996) deriva do latim *terra* e *torium* significando terra pertencente a alguém. Entretanto, Mizusaki (2003), destaca que o território não precisa, necessariamente, estar vinculado à propriedade efetiva da terra, mas à sua apropriação por um agente ou um grupo de agentes, de controle de determinado espaço.

Raffestin (1993), assinala que a sociedade, o espaço e o tempo, são os elementos que dão sentido à existência do território. A sociedade, na medida que materializa sua existência, produz formas específicas nos lugares que, devido à sua própria dinâmica transformam-se e rearticulam-se com o tempo, cujas relações são marcadas por relações de poder. O autor compreende que o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. Deste modo, o território é analisado pelo autor como:

[...] espaço onde se projetou trabalho, seja energia ou informação, e que por consequência, revelam relações marcadas pelo poder. Se apóia no espaço mas não é o espaço. [...]. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

A territorialização é entendida como processo de materialização do espaço, das relações sociais de produção, que são produtos dos atores sociais. Assim, a materialização dessas relações sociais de produção no espaço configura o território capitalista. Para Oliveira (1992) o território pode ser entendido como:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. São as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. [...]. O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação (OLIVEIRA, 1992, p. 02).

Pode-se então, entender o território, como um produto concreto de classes, no qual se manifesta em suas várias configurações territoriais. Deste modo, pode ocorrer nos territórios produzidos, um processo de “desterritorialização”, ou seja, a perda do território anteriormente produzido pelos sujeitos sociais, bem como pode ocorrer uma nova territorialização mediada por novos atores sociais.

Os lugares possuem características históricas e geográficas que os identificam e os diferenciam. No estado de Mato Grosso do Sul, a história agrícola está ligada diretamente ao processo de colonização. A formação territorial agrária da região teve impulso com as políticas do Governo de Getúlio Vargas, que intensificaram a ocupação de terras devolutas no país, objetivando descentralizar o alto índice demográfico dos centros urbanos, resguardando o território e, assegurando a nacionalidade das fronteiras e seus recursos naturais.

O processo de colonização esteve atrelado a diretrizes governamentais, com incentivos à produção agrícola, através da distribuição de terras gratuitas, visando o aumento da oferta de alimentos. Nesse sentido, pretendia-se desenvolver regiões urbanas e industriais, para qual, tornava-se necessário integrar o interior do país à economia nacional. Almejava-se povoar imensas áreas pouco ocupadas do território nacional e, sobretudo, temia-se que as áreas de fronteira fossem apoderadas por outros países. Assim, o sul do então estado de Mato Grosso, por ser uma área de fronteira, com baixa densidade demográfica, foi escolhida para sediar um dos projetos de colonização do país (SANTOS, 2000).

Localizado no centro sul do estado de Mato Grosso do Sul, o município de Dourados conta com uma área total de 408.640,63 ha, encontrando-se a 121 km da linha de fronteira do Brasil com o Paraguai e a 225 km da capital Campo Grande. Com uma população de 181.869 habitantes, é o segundo município do estado em importância econômica (IBGE, 2008).

Em uma abordagem histórica do município, torna-se relevante a compreensão de sua formação sócio-territorial. Nesse contexto, as terras da região foram inicialmente habitadas por índios Guaranis e ex-combatentes da Guerra do Paraguai (1864-1870). Com a chegada de imigrantes no final do século XIX e início do XX, passam a ser exploradas mediante extração da erva-mate nativa e pecuária extensiva, situação que foi parcialmente alterada com a criação da Colônia Agrícola.

No início da década de 1940, o município contava com uma área de 19.688 km², englobando as áreas dos atuais municípios de Itaporã, Caarapó, Naviraí, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Jateí, Ivinhema, Deodópolis, Angélica e Douradina. Pertencia ao

Território Federal de Ponta Porã² e apresentava uma população de 14.985 habitantes, sendo que desse total, 852 estavam localizados na zona urbana, 969 no perímetro sub-urbano e 13.164 habitavam a zona rural. Na época, a economia do território era representada basicamente pela exploração da erva-mate, do quebracho (Tatino) e pela criação bovina (GRESSLER & SWENSSON, 1988).

A implementação dos programas de colonização, ocupação, integração e desenvolvimento do Centro-Oeste, modificaram a configuração territorial da região, principalmente da região de Dourados, no qual a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)³, desempenhava o papel de gerenciador das políticas.

A Superintendência foi de fundamental importância para as transformações no espaço de análise, já que as políticas estabelecidas visavam incrementar ações que dinamizassem o desenvolvimento regional. Deste modo, o entendimento inicial para as transformações produzidas no espaço sul mato-grossense encontra-se sob a tutela do planejamento e das intervenções promovidas pela SUDECO, tendo na lógica do desenvolvimento e da racionalidade as suas políticas de intervenção e dinamização, de forma que, favorecessem o avanço do capital e a integração nacional (ABREU, 2001). Assim, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) configura um elemento crucial para à análise do processo de desenvolvimento econômico agrário da região.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (CAND)

O projeto de colonização idealizado pelo Governo de Getúlio Vargas estabelecia-se, e dentre suas políticas, estava à criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)⁴, fundada em 1943, pelo Decreto-Lei 5.941, de 28 de outubro, no estado de Mato Grosso. A sua real implantação somente ocorreu em 20 de julho de 1948, quando foi demarcada pelo Governo Federal, através do Decreto-lei nº 87 foram estabelecidos os seus limites (Figura 01). Ponciano (2001) afirma que somente quando os limites dessa Colônia foram demarcados pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, que a CAND foi implantada de fato.

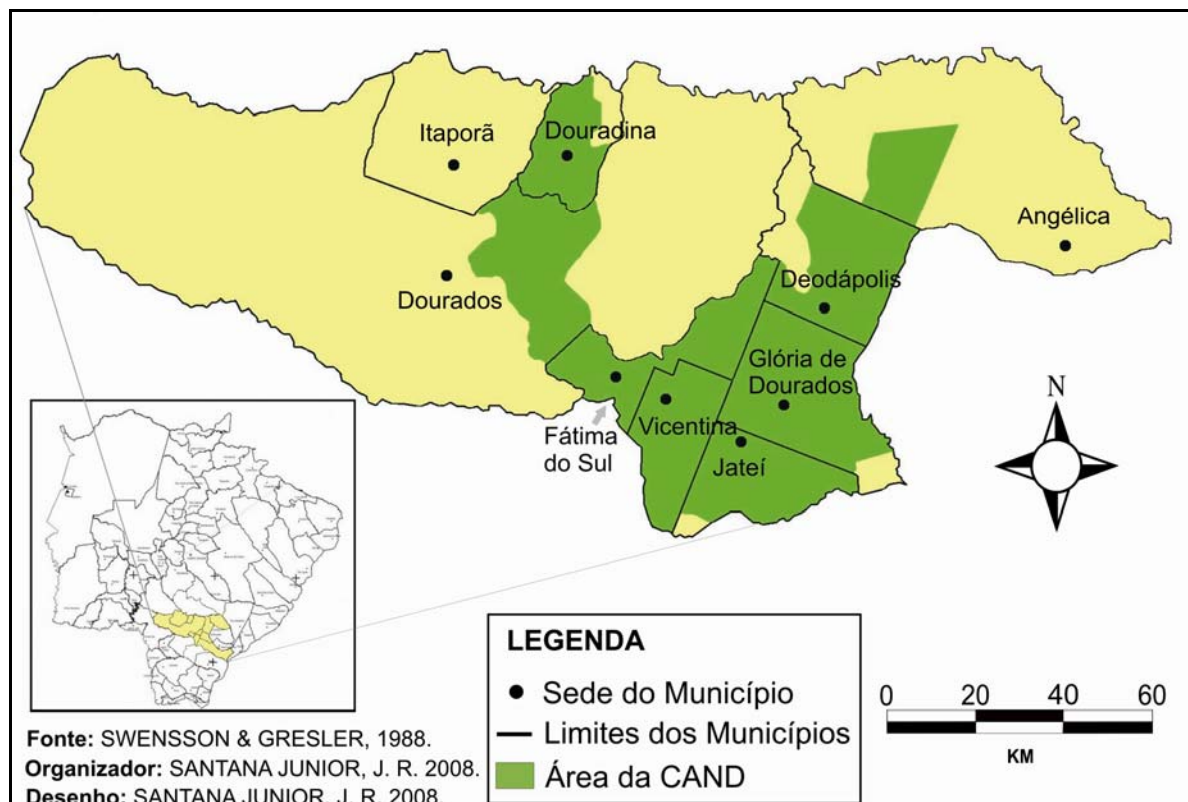


Figura 1 – Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados

A criação das Colônias estava ligada diretamente na fixação do homem no campo através da implantação da pequena propriedade, tendo em vista, a necessidade de expansão das relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, do capital agrícola. (OLIVEIRA, 1999). Dentro desse contexto, Ponciano (2001) destaca que:

[...] a pequena propriedade era utilizada como estratégia para propiciar o retorno do homem desocupado da grande cidade ou de regiões com grande densidade demográfica ao campo e às regiões como a de Goiás, a do Mato Grosso e a da Amazônia. [...] o trabalhador teria a aquisição de sua terra facilitada em função do baixo preço, pela ajuda financeira na obtenção de recursos e utensílios para trabalhá-la. [...] A política de colonização do Estado Novo, na região do sul de Mato Grosso, especificamente a região da Grande Dourados, propiciou o início da exploração capitalista, de forma sistemática, nessas terras, com a implantação da pequena propriedade (PONCIANO, 2001, p. 100).

As estratégias de colonização estavam apoiadas na estrutura da pequena propriedade, de modo que ela, lentamente, corresse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigiria (LENHARO, 1986).

A criação da CAND estabeleceu a demarcação de trezentos mil hectares em duas etapas: na primeira foram distribuídos 2.232 lotes de 30 hectares e, na segunda etapa, 6.500 lotes rurais e 6.832 lotes urbanos. A divisão das terras da CAND consistia na doação

de lotes aos cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, reconhecidamente pobres e aptos a trabalhos agrícolas, que se comprometessem a morar nos lotes rurais. Nesse contexto, os lotes não poderiam ser vendidos, hipotecados, arrendados, permutados ou alienados, direta ou indiretamente, antes de decorridos dez anos da expedição do título definitivo (GRESSLER & SWENSSON, 1988).

Para atrair migrantes para a região, o Governo estabeleceu intensa propaganda através da imprensa. De acordo com Oliveira (1999), esse mecanismo trouxe bons resultados, uma vez que migraram centenas de famílias dos vários estados do país para a região, em busca da terra como meio de trabalho. O projeto colonizador, no sul do então estado de Mato Grosso foi viabilizado, já que havia elementos (homens e mulheres) dispostos a enfrentarem os desafios de migrarem para outras regiões do país, na tentativa de melhorarem de vida, ou seja, havia uma força de trabalho disponível e, principalmente, barata e desqualificada.

No processo de ocupação da Colônia era exigido certa iniciativa dos colonos, tendo em vista, que era necessário um espírito desbravador por parte dos colonos, já que tinha que entrar na área e iniciar as roças através da abertura de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o Governo dos gastos para tal tarefa.

Para Abreu (2001), a criação da CAND teve um caráter de povoamento com múltiplos objetivos, entre eles: garantir a ocupação territorial, aumentando o contingente populacional nas áreas de fronteira; desconcentrar áreas de possíveis conflitos sociais, como o Nordeste brasileiro; firmar a parte meridional mato-grossense como extensão do Sudeste, como mercado consumidor e produtor de matéria-prima.

As metas estabelecidas com a criação da Colônia foram alcançadas, uma vez que, provocou intensa migração para a região, disponibilizando mão-de-obra barata, que por sua vez, valorizou a terra. Esse processo de ocupação dos lotes levou a uma redistribuição das pequenas propriedades e à concentração das terras, acompanhada da implementação do trabalho assalariado. Ponciano (2001) destaca que:

[...] as Colônias Agrícolas foram planejadas para terem cidades-indústria potencialmente lançadas no vazio. A preocupação do Governo Federal era criar um centro urbano que favorecesse o surgimento de uma cidade próspera e, em torno dela, as pequenas propriedades rurais. Nessa perspectiva, além da doação de pequenas propriedades, o governo oferecia implementos agrícolas e os materiais para construção de residência (PONCIANO, 2001, p. 98).

Mas as dificuldades permearam de forma constante a ocupação por parte dos migrantes, uma vez que a gratuidade das terras era um excelente atrativo, mas a posse da terra teve seu preço, preço este, que estava associado às adversidades encontradas pelos

colonos, já que grande parte dos atrativos que eram oferecidos pelo Governo, no início da implantação da Colônia, foi logo extintos. Sem o devido apoio, os colonos tiveram que construir sua própria história, como Santos (2007) descreve em depoimento de um colono:

[...] o Governo doava ferramentas, panelas e até a casa já com o poço d'água. As primeiras pessoas que chegaram tinham a casinha pra morar. Até os arames para cercar uma área, caso o colono quisesse criar um animal. Ouvindo todas essas coisas, a gente ficou animada, se encorajou, mas essas moradias foram só para os primeiros, quando a gente veio já tinha passado. (SANTOS, 2007, p. 28).

Observa-se que as metas estabelecidas visavam transformar as áreas pouco ocupadas como suporte de sustentação dos espaços urbanos, favorecendo a indústria, mediante a instauração da nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial exigia, ampliando assim, o mercado interno.

A implantação da pequena propriedade por meio da criação de Colônias Agrícolas almejava, sobretudo, incorporar essas áreas, consideradas “espaços vazios”, ao processo produtivo em conjunto com a indústria e, agregar esses espaços, significava desenvolvê-los economicamente (BATISTA, 1995).

Esse processo de ocupação alterou o cenário rural e urbano da região, na medida em que proporcionou a vinda de um grande número de trabalhadores e de famílias extremamente pobres. Todavia, a CAND funcionou como estratégia política de ocupação das terras na região ou como o Governo as considerava, “espaços vazios”, além de garantir a segurança na área de fronteira. A partir dessa perspectiva, compreende o papel do Estado na promoção do desenvolvimento agrícola do estado e, mais especificamente da região da Grande Dourados.

O ESTADO E A EXPANSÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS

O Estado foi o intermediador da nova configuração territorial desencadeada na região de Dourados, tendo na SUDECO, o órgão oficial que conduzia as transformações no perfil agropecuário e espacial sul-matogrossense, caracterizada como atrativa por apresentar vastas extensões de cerrado, planos e desocupados, ou seja, um grande potencial para extensão da agricultura tecnicada (ABREU, 2001).

Com a entrega dos títulos de propriedade definitivos aos colonos no final da década de 1960, iniciou-se um processo de transformações na área da Colônia que modificaram sua configuração no início da década de 1970, já que chegaram a região granjeiros gaúchos, que possuíam uma tradição agrícola de técnicas mais aprimoradas no tratamento e manejo do solo.

Esses novos atores sociais tinham a finalidade de expandir a produção agrícola tecnificada do binômio soja/trigo visando abastecer o mercado externo. Nesse sentido, introduziram no sul do então estado de Mato Grosso, uma forma de produção altamente avançada para a realidade da CAND, com a utilização de sementes selecionadas, insumos, implementos agrícolas, mecânicos especializados etc.

A chegada dos granjeiros aliados aos programas de desenvolvimento estimulou o desenvolvimento e o aumento produtivo da região. A necessidade de expandir ainda mais a área de cultivo do binômio, ocasionou um rearranjo na estrutura produtiva local, refletindo como um fator de desarticulação da CAND. Logo, a área plantada com soja no município de Dourados, entre as décadas de 1970/80, passa de 3.500 hectares para 134.000 hectares, já as áreas de campo limpo, localizadas a Sudoeste e Noroeste do município, foram rapidamente transformadas pela cultura de granja (GRESSLER & SWENSSON, 1988).

O processo de expansão agrícola, estava vinculado a uma reorganização da agricultura brasileira e, conseqüentemente, da agricultura do sul mato-grossense, no sentido do avanço da “fronteira agrícola”⁵. Nos anos 1970/80, com o intuito de incentivar e incrementar a fronteira agrícola do País, a região de Dourados passou a compor, no estado de Mato Grosso do Sul, a região destinada a ser mais um “Celeiro Agrícola”, conforme anunciavam os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs (ABREU, 2003).

A partir dessa iniciativa, extensas áreas de campos limpos foram ocupadas com a pecuária extensiva e arrendadas pelos granjeiros gaúchos que, em virtude das facilidades promovidas pelo Estado, dirigiram-se para a região, onde introduziram a agricultura mecanizada, capitalizaram a produção, que por sua vez, fomentou novas formas de produção e novas relações de trabalho no campo e nas cidades.

Somado as esses fatores, a Superintendência propôs a denominação de região da “Grande Dourados”, que atualmente é um dos principais pólos econômico de atração do estado. Composta por 13 municípios: Dourados, Caarapó, Jutí, Itaporã, Maracajú, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodópolis. (Figura 02).

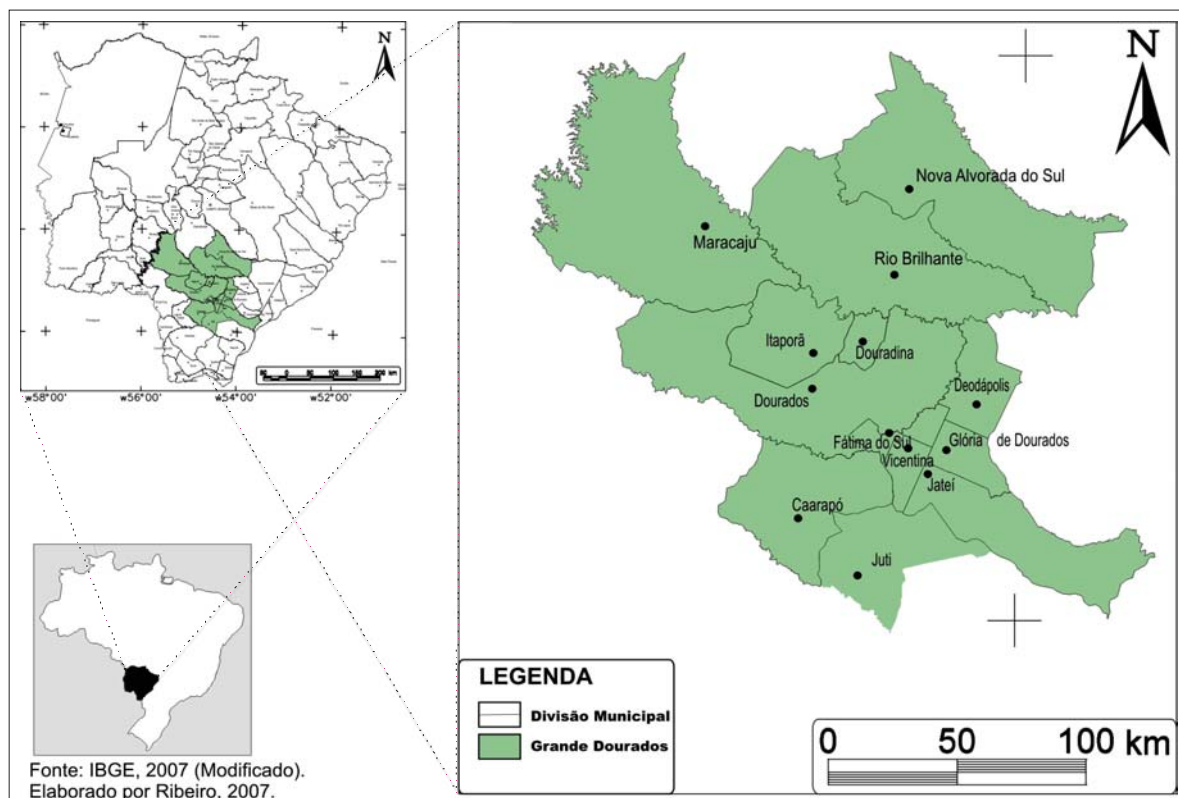


Figura 2 – Localização da região da Grande Dourados

Assim, aumentava o interesse do Estado na expansão e no desenvolvimento agrícola da região. Brum (1988) destaca que a substituição da agricultura tradicional por uma agricultura moderna representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento de máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários. Nessa lógica, o setor industrial passou a impor o desenvolvimento tecnológico da agricultura, ao forçar a utilização de novas técnicas, pelo fato de que a produção e o consumo de tecnologias avançadas ofereceriam maiores possibilidades de acumulação de capital.

Como resultado dessas políticas, houve a desestruturação das pequenas propriedades, desencadeando a venda de lotes e, conseqüentemente a migração dessas famílias para as cidades. Essa desestruturação contribuiu para promover uma nova estrutura fundiária, baseada nas médias e grandes propriedades, para a instalação da agricultura moderna, voltadas para prática do binômio soja/trigo visando abastecer o mercado externo. Essa estrutura fundiária evoluiu em um sentido concentrador e excludente, que tende a se fortalecer com a nova estrutura produtiva que se instala com o crescente cultivo da cana-de-açúcar na região atualmente, dificultando qualquer tipo de

acesso à terra aos trabalhadores rurais. Esse processo ampliou o avanço do capital, transformando a ordem produtiva da região.

O AVANÇO DO CAPITAL AGRÍCOLA: NOVA ORDEM PRODUTIVA

O avanço do capital monopolista e as transformações sociais e econômicas às quais estão associadas às mudanças que se configuram na dinâmica do modo de produção capitalista, refletem nas relações sociais de produção e de trabalho. Estabelece nesse sentido, uma nova configuração territorial, que do ponto de vista da organização das atividades econômicas, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial e, nem os campos, com as atividades de agricultura, pois no campo, tem-se a convivência de dinâmicas diferenciadas.

Nessa perspectiva, observa-se duas linhas de produção, sendo de um lado, a agricultura empresarial, tecnificada, vinculada à produção de mercadorias para exportação, ou *commoditização*⁶ da agricultura, fortemente marcada pelo uso da ciência, da tecnologia e da informação, firmando um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuário e, de outro, a agricultura familiar camponesa, vinculada historicamente à produção de alimentos. As disputas territoriais têm sido a tônica desse processo mais recente de expansão e consolidação do agronegócio e as tentativas de supressão, sujeição e controle da agricultura familiar camponesa ao destrutivismo do capital e às políticas do Estado (THOMAZ JUNIOR, 2007b).

Historicamente, o modelo de produção da CAND, era caracterizado até a década de 1960, como um sistema policultor, havendo diversificação de culturas, tais como feijão, arroz, milho, mandioca, amendoim e algodão, cultivados para o próprio consumo familiar, exceto o amendoim e o algodão, cultivados para o mercado local. Eram plantações que contavam apenas com o trabalho familiar e/ou parcerias com vizinhos, utilizando-se apenas instrumentos manuais e de tração animal. Para a comercialização do excedente, enfrentavam dificuldades de escoamento, em virtude das péssimas condições das vias de circulação, ficando os colonos a mercê dos atravessadores, que passavam a dominar o escoamento da produção.

Dentro dessa óptica, a industrialização da agricultura brasileira ocorre no interior do crescente processo de internacionalização da economia, tendo como finalidade a ampliação da produção agrícola e do setor industrial, caso este, verificado no estado de Mato Grosso do Sul. Deste modo, observam-se a consolidação da produção de soja, e também, uma rápida expansão da cana-de-açúcar, para produção de álcool, ambos

destinados ao mercado externo, em detrimento aos produtos alimentícios destinados ao mercado interno (arroz, feijão, etc.). Para Oliveira (1999):

O processo de internacionalização da economia brasileira tem relevado, então, que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobre tudo, pela industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do *modo industrial de produzir* no campo, desencadeando um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura (OLIVEIRA, 1999, p. 77).

Este processo de modernização ocorre com a substituição da agricultura extensiva pela intensiva no uso de insumos industrializados e mão-de-obra assalariada, ao lado de transformações tecnológicas que aumentam a produtividade da terra e do trabalho (LEONE, 1988). Nesse sentido, há necessidade de grandes investimentos como destacam Guidolin & Porto Júnior:

[...] a produção de grãos, nos moldes desenvolvidos requer a produção em larga escala, com elevados investimentos em insumos modernos e máquinas agrícolas. Este modelo de produção tende a concentrar as terras e reduzir a demanda por trabalho, em especial, o pouco qualificado (GUIDOLIN & PORTO JÚNIOR 2006, p. 19).

Com o firmamento da nova ordem de produção agrícola, ocorre um processo de especialização da agricultura em escala nacional. A partir da década de 1960, o consumo da soja teve um aumento elevado, principalmente em países europeus. Em consequência da grande demanda houve uma elevação dos preços, que favoreceu o incentivo do cultivo mecanizado dessa cultura. Foi por meio de inúmeros incentivos que a região do cerrado começou a produzir em alta escala a monocultura da soja. Sobre essa nova estratégia do Estado brasileiro, Brum (1988) assevera que:

A fase de grande expansão da soja coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. A nossa economia se integra mais ao capitalismo internacional. O país experimentou um período de rápido crescimento econômico, fase esta conhecida como “milagre brasileiro”, que se estendeu de 1968 a 1973/1974. A necessidade de importar em grande escala máquinas, equipamentos e aparelhos modernos (bens de capital) para a implantação de um parque industrial sofisticado, predominantemente multinacional, levaram o governo brasileiro, seguindo a estratégia e orientação dos países centrais, principalmente os Estados Unidos, e das corporações transnacionais, a incentivar a agricultura modernizada destinada à exportação. A soja foi a principal cultura a receber estímulos oficiais e, em torno dela, se ampliou e consolidou definitivamente o processo de modernização da agricultura na região e no país (BRUM, 1988, p. 78).

Com a implantação do cultivo de soja e de incentivos para sua modernização, ocasionaram para região do cerrado, inclusive para a área da antiga CAND, grandes transformações territoriais. De acordo com Medeiros (1998) a região assume importância estratégica para o desenvolvimento de uma agricultura comercial moderna de alta produtividade, notadamente a cultura da soja, exportando excedentes consideráveis para o

restante do país e para o exterior. Com isso, criou-se uma estrutura monocultora, induzindo profundamente não só pequenos, como médios e grandes produtores a inserirem-se no cultivo da mesma. Para Gliessman (2000), a monocultura é:

[...]uma abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas (GLIESSMAN, 2000, p. 35).

O processo de modernização associado à expansão da grande propriedade mecanizada, e, a prática cada vez mais crescente da monocultura estabelece processos de transformações territoriais, de exclusão de trabalhadores e pequenos produtores, já que diminui a necessidade de mão-de-obra permanente. Ao mesmo tempo os trabalhadores bóias-frias vêem sua oferta de trabalho diminuir cada vez mais e acabam sujeitando-se a duros turnos no campo por diárias cada vez mais irrisórias (BALSAN, 2006). Nesse sentido, Thomaz Junior destaca que:

A partir dos anos 80 que no Brasil se manifestaram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, mas é a partir do início da década seguinte que atingiu nova amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos, [...] à busca da competitividade do capital e a adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos compatíveis. Nesse percurso, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais desastrosas e cruéis são as conseqüências para o trabalho, para a classe-que-vive-do-trabalho (THOMAZ JR, 2002).

Nessa perspectiva, o autor ressalta a imposição de novas fissuras à fragmentação do trabalho e a decorrente polissemitização que espelha as múltiplas divisões que marcam a classe trabalhadora e o movimento operário na atual conjuntura produtiva. Surge um extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho, remetendo-se em profundas alterações no espaço e no território (THOMAZ JR, 2002).

Para Oliveira (2003), é necessário entender que a modernização da agricultura brasileira não deve ser entendida apenas pelas crescentes utilizações de implementos e insumos agropecuários. O autor ressalta que o desenvolvimento de novas técnicas foi acompanhado por transformações nas relações sociais de produção e trabalho, onde as relações de trabalho no campo se modificaram, intensificando cada vez mais a utilização de mão-de-obra assalariada. Os pequenos produtores rurais foram expropriados, dando lugar a empresas capitalistas. A industrialização da agricultura formou uma classe de proletariado no campo e restringiu as possibilidades da pequena propriedade continuar a produzir independentemente.

A dinâmica do modo de produzir gerou um processo de substituição do trabalho “vivo” pelo trabalho “morto”, ou seja, a força de trabalho é substituída pela máquina que intensifica a divisão técnica do trabalho. Thomaz Jr. (2002) destaca que, ao passo que o capital provoca alterações na base técnica da produção, alterando as relações sociais e de produção, cria novas condições de adequação da força de trabalho à esfera de produção, agora sobre a referência da substituição do trabalho “vivo” pelo trabalho “morto”. O autor enfatiza que as novas relações de trabalho estabelecidas com a nova estruturação do modo de produzir no campo fez surgir novos tipos de trabalhadores, redefinindo a estrutura do mercado de trabalho, ditada pela nova especialização e importância dos trabalhadores, adequando-os as novas condições.

Nesse processo, intensifica-se a proletarianização do trabalho rural, já que há uma intensificação do processo migratório, principalmente do campo para a cidade, aumentando o processo de favelização dos centros urbanos. Gonçalves Neto (1997) salienta que:

Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, à marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109).

Portanto, as alterações no modo de produzir e organizar a produção agrícola estabeleceu uma nova organização do território sul mato-grossense, redefinindo às novas condições de produção determinadas, em geral, pelos interesses do Estado e dos grupos econômicos capitalistas. Para Silva (1982) o que se vê no campo brasileiro é:

[...] uma ‘modernização conservadora’ que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vingam pelo amparo do Estado (SILVA, 1982, p. 40).

Nessa lógica, observa-se que tais fatos ocorreram na região de Dourados. Atualmente, a área da antiga CAND faz parte da denominada Grande Dourados, sendo um dos principais pólos do agronegócio do estado, com uma agricultura altamente tecnicada e com altos investimentos de capitais. Apresenta uma estrutura totalmente voltada para a produção em larga escala e para o abastecimento do mercado externo. Há presença de várias unidades instaladas da Cargil e da Bünge, por exemplo.

A implantação da CAND foi de suma importância para o desenvolvimento econômico da região e para integração com as demais regiões do país, principalmente com a região Sudeste. Mas, ao mesmo tempo, esse processo de desenvolvimento da estrutura

agrícola gerou um processo expropriatório, excludente e estabeleceu novas relações sociais e de trabalho na região, gerando em seu interior uma nova configuração territorial da antiga área da CAND.

De acordo com Montenegro Gómez (2002), as políticas agrárias, que anteriormente visavam amenizar os problemas referentes à questão agrária, estão sendo substituídas por políticas de desenvolvimento rural, que propõem estratégias e meios ainda mais excludentes, para a dinamização do meio rural, excluindo camponeses e trabalhadores da terra.

As políticas de colonização no estado de Mato Grosso do Sul priorizaram o desenvolvimento econômico, no entanto não consideraram o assentamento econômico e social dos colonos já que a maioria contemplada com os lotes não realizou seu “sonho” de prosperar como agricultores, tendo em vista, as dificuldades encontradas por quem nada tinha a não ser à força de trabalho.

Em síntese, o que se observa hoje é que os colonos remanescentes da CAND, que ainda vivem na região são pequenos produtores que de alguma forma resistem ao avanço do capital agrário ou que se inseriram na nova estrutura produtiva. Aqueles que venderam suas terras vivem nas cidades da região, praticando uma economia informal ou trabalhando como diaristas em fazendas, competindo muitas vezes com o progresso técnico que o desapropria de sua única fonte de riqueza, a força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas o Brasil passa por profundas transformações estruturais em seus setores econômicos, no qual a globalização da economia tem provocado diversas mudanças no processo produtivo que está ligado à agricultura, principalmente em virtude da introdução da ciência, da tecnologia e da informação, redefinindo sua estrutura técnica, econômica e social.

O processo de colonização, no sul do antigo estado de Mato Grosso, mais precisamente, na região da Grande Dourados, esteve diretamente associado à expansão capitalista e à segurança de suas fronteiras. Nesse sentido, o Estado tomou iniciativas para promover a inserção dessa região no contexto da economia nacional, ampliando assim, o mercado consumidor e fornecedor de produtos. Para isso seria necessário desestruturar os latifúndios, para que fossem estabelecidas as pequenas propriedades.

As políticas de colonização foram incrementadas no sentido de atrair contingente populacional para a região, para dessa forma, garantir a ocupação dessa região. Pode-se,

dessa forma, observar que a preocupação principal das políticas de colonização estipuladas pelo Estado para as regiões pouco ocupadas, estava ligada a nova ordem que se fortalecia no país, ou seja, à necessidade de expansão das relações capitalistas de produção, no qual o avanço do capital se torna elemento fundamental.

Com isso, as políticas foram estabelecidas não com metas sociais, mas sim econômicas, no sentido de que a integração desses espaços à economia nacional fortaleceria o desenvolvimento industrial, que o Governo tanto sonhava. Desta forma, esses atores sociais foram utilizados de forma a propiciar à região princípios básicos para a expansão do capital, tendo a SUDECO papel fundamental no estabelecimento dos princípios de desenvolvimento capitalista na região.

Representada pela CAND, a região foi base de profundas transformações territoriais, sociais e econômicas. A SUDECO, o órgão federal gestor do planejamento da região, teve suas políticas baseadas no desenvolvimento regional. Foram estipuladas diversas políticas de desenvolvimento, mas que em sua maioria beneficiavam apenas uma minoria gerando, assim, o enfraquecimento das atividades familiares e em contrapartida, fortalecia a concentração fundiária, redefinindo totalmente as relações da região, que a partir da exclusão e expropriação de pequenos produtores, estes, são obrigados a migrar para centros urbanos ou se tornarem assalariados e se subordinarem a nova configuração fundiária que se forma na região.

As políticas vinham de encontro ao interesse de se estabelecer e fomentar a estruturação e desenvolvimento das médias e grandes propriedades, tendo em vista, a capitalização produtiva por meio da introdução tecnológica no campo, fortalecendo dessa forma, o desenvolvimento capitalista na região implementando uma produção agrícola destinada ao mercado externo.

Com o fortalecimento da intervenção política por meio da SUDECO, a dinâmica da estrutura produtiva agrícola se intensifica na região, principalmente a partir da década de 1970, com a introdução do cultivo do binômio soja/trigo, juntamente com o desenvolvimento de novas técnicas – incremento da tecnologia – que fortaleceram ainda mais as desigualdades econômicas, já que expropriou de forma mais avassaladora o pequeno produtor favorecendo os grandes produtores.

Pressupõe-se que as dificuldades por parte dos pequenos produtores em se inserir às novas estruturas produtivas, intitulada pelo crescente âmbito de competitividade, gerenciadas pelos padrões de mercado, geraram uma exclusão ainda maior. O padrão de produção familiar, de técnicas produtivas menos refinadas, predominante no período de desenvolvimento inicial da antiga colônia, cede lugar, hoje, a um padrão produtivo em

grande escala, visando, principalmente, o mercado externo e com alto padrão técnico e econômico, no qual a grande maioria de pequenos produtores não tem condições de acesso. Nesse sentido, as únicas alternativas para essas famílias são venderem seus lotes e migrarem para as cidades ou tornarem mão-de-obra para grandes propriedades estabelecidas na região.

Contudo, se observa que as políticas implementadas na região, permitiram o desenvolvimento do modo de produção capitalista, de forma que redefiniu as relações entre o campo e a cidade e firmaram novas relações econômicas e de trabalho, além de instaurar um rearranjo produtivo na região. Nesse sentido, é de entendimento que a SUDECO incrementou o desenvolvimento econômico da região na visão lógica do capital, sendo hoje denominada de região da Grande Dourados, um dos principais pólos econômicos do estado, cuja economia está vinculada principalmente à agroindústria.

NOTAS

2. O Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou [...] o Território de Ponta Porã, cuja superfície foi calculada em 99.141 km², abrangendo os municípios de Dourados, Bela Vista, Ponta Porã, Porto Murtinho, Miranda, Maracajú, Nioaque. Ponta Porã foi escolhida como capital do novo território. No dia 18 de setembro de 1946, em consequência do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, foi extinto o Território Federal de Ponta Porã, estabelecendo a antiga divisão territorial, administrativa e judiciária dos municípios, reincorporando-os ao Estado de Mato-Grosso (GRESSLER & SWENSSON, 1988, p. 70).
3. Criada pela Lei nº 5.365, de 1º de Dezembro de 1967, como forma de estimular o desenvolvimento regional do Centro-Oeste brasileiro. De acordo com Abreu (2001), a SUDECO foi o órgão oficial de planejamento para a região Centro-Oeste e consolidou-se como responsável pela formulação de Políticas Públicas de desenvolvimento implementadas pelo Governo.
4. De acordo com o Relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as atividades fundiárias na região da Grande Dourados tiveram origem com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em terra da União, no então Território Federal de Ponta Porã, com a reserva de uma área a ser demarcada não inferior a 300.000 hectares. (PONCIANO, 2001, p. 99).
5. A SUDECO utilizou o conceito “fronteira agrícola” para descrever o avanço do capital no Centro-Oeste. Nessa linha, está ligada à incorporação de novas áreas para introdução da atividade agrícola para produção comercial de alimentos.
6. Cf. THOMAZ JUNIOR, 2008b.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições**. 2001. 351 páginas. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP. FLCH/USP. 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

- AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **Expansão do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul**: configuração espacial e a relação capital x trabalho. 2008. Dissertação (Relatório de Qualificação), Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, 2008.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *In*: **Campo e território: revista de geografia agrária**. Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BATISTA, Luiz Carlos. **Processo de formação do espaço agrário do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: PREG/UFMS, 1995.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. *In*: **Território, globalização e fragmentação**. 2º ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1996.
- ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto-SP. São Paulo: Edusp, 2003.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. Estado: Gressler, 1988.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônica, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas - SP: UNICAMP, 1986.
- LEONE, Eugenia Troncoso. **Modernização e distribuição na agricultura no estado da Bahia em 1980**. 1988. 152 páginas. Dissertação (Mestrado em Geografia). Piracicaba: ESALQ/USP, 1988.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MEDEIROS, Silvana Almeida Figueira. Agricultura moderna e demandas ambientais: o caso da sustentabilidade da soja nos cerrados. *In*: DUARTE, L.M. (Org). **Tristes cerrados**: sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul**. 2003. 432 páginas. Tese (doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 2003.
- MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná**: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital. 2002. 230 páginas. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2002.
- MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado**: gestão do trabalho e certificação ambiental. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições**. São Paulo: mimeografado, 1992.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura brasileira: as transformações no final do século XX**. São Paulo: mimeografado, 1994.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Carlos, A. F. A. (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo. São Paulo: Contexto, 1999.
- OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937- 1945)**. 1999. 243 páginas. Dissertação (Mestrado em História), FCL/UNESP, Assis. 1999.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.
- PONCIANO, Nilton Paulo. **O processo civilizador do sul de mato grosso: a colônia agrícola nacional de Dourados**. Guarapuava: Anacleto. 2001. vol. 2, nº 1.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. In: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Tradução de: Pour une géographie du pouvoir. Paris: Litec, 1980. Tradução por Maria Cecília França.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Vicência Deusdete dos. **A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul meridional**. 2000. (Especialização em Geografia), UFMS, Dourados, 2000.
- SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, José Graziano. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1998.
- THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)**. 2002. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.
- THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. Presidente Prudente: **Pegada**, V.7, N.2, 2006.
- THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho e Territórios em Disputa (Algumas Considerações). In: PAULINO, E. T. (Org.). **Campesinato em Movimento**. III Simpósio Internacional de Geografia Agrária - IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Londrina, 2007a.
- THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Novos Arranjos Territoriais e Velhos Dilemas para o Trabalho no Campo, no Brasil, no Século XXI. In: OLIVEIRA, M. P., COELHO, M.C. e CORRÊA, A. M. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo - Espacialidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008b.